



**GESTÃO PÚBLICA BRASIL**  
CONHECIMENTO QUE TRANSFORMA

# ADEQUAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL ÀS NOVAS DEMANDAS LEGISLATIVAS E CONSTITUCIONAIS



# CRONOGRAMA



23, 24 E 25 DE JULHO DE 2025



CURITIBA – PARANÁ

23/07/2025 – QUARTA-FEIRA

08:00 às 12:00

Credenciamento dos participantes: 08:00 às 09:00

## MÓDULO 1

### FUNDAMENTOS TÉCNICOS, JURÍDICOS E CONSTITUCIONAIS DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL

- Origem histórica do municipalismo no Brasil e evolução constitucional;
- Natureza jurídica da Lei Orgânica: Constituição Municipal ou Lei Especial?;
- Poder Constituinte Derivado Decorrente – conceito, limites e exercício;
- Princípios Constitucionais aplicáveis ao Município:
  - Separação dos Poderes
  - Legalidade
  - Supremacia do Interesse Público
  - Eficiência e Moralidade Administrativa
  - Transparência e Publicidade
  - Limitações Constitucionais expressas e implícitas às LOMs;

- Interação normativa:
  - Constituição Federal
  - Constituição Estadual
  - Leis Nacionais de observância obrigatória
  - Impacto das Emendas Constitucionais recentes
  - Reforma Administrativa
  - Reforma Tributária (EC 132/2023)
  - Proteção de Dados (EC 115/2022)
- Sustentabilidade e meio ambiente (EC 123/2022);
- Jurisprudência do STF e STJ sobre autonomia municipal;
- Papel do Ministério Público, dos Tribunais de Contas e do Judiciário na fiscalização da LOM.

## MÓDULO 2

### DIAGNÓSTICO INSTITUCIONAL DA LEI ORGÂNICA

- Etapas metodológicas do diagnóstico:
  - Análise documental
  - Comparativo normativo
  - Escuta institucional e social
- Verificação de compatibilidade:
  - Atualização em relação à CF/88
  - Atualização frente às leis federais, como:
    - Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações)
    - Lei 13.460/2017 (Defesa do Usuário de Serviços Públicos)
    - Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD)
    - Lei 13.019/2014 (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil)
- Identificação de dispositivos revogados tacitamente ou com vício de inconstitucionalidade;
- Análise das práticas administrativas x dispositivos normativos:
  - O que está na lei mas não se aplica
  - O que se aplica sem previsão legal adequada
  - Levantamento de lacunas jurídicas
  - Sustentabilidade
  - Tecnologia e governo digital
  - Controle social
  - Participação popular
  - Proteção de dados
- Ferramentas para diagnóstico;
- Como conduzir audiências públicas e consultas comunitárias para escuta ativa no processo de revisão da LOM;

## MÓDULO 3

### PROCESSO LEGISLATIVO ESPECÍFICO PARA REFORMA DA LEI ORGÂNICA

- O Aspectos formais:
  - Procedimentos, prazos e ritos
  - Quórum qualificado (2/3) e votação em dois turnos
  - Prazos entre turnos de votação
  - Competência legislativa e iniciativa
  - Quem pode propor emenda à LOM
- Formalização do processo:
  - Projeto de Emenda
  - Justificativa técnica e jurídica
  - Publicação
  - Pareceres das Comissões
- Participação cidadã no processo:
  - Audiências públicas obrigatórias
  - Consulta pública digital
  - Comunicação institucional
- Controle de constitucionalidade:
  - Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI)
  - Papel do Ministério Público;
  - Análise preventiva de legalidade pelo jurídico da Câmara
- Boas práticas legislativas na tramitação:
  - Planejamento prévio
  - Cronogramas legislativos
  - Gestão de conflitos políticos
  - Publicidade e comunicação transparente
- Responsabilidade dos agentes públicos no processo de reforma;

**MÓDULO 4****CONTEÚDOS SENSÍVEIS E DEMANDAS ATUAIS PARA INCLUSÃO NA LOM**

- Compreendendo o papel dos planos municipais e suas respectivas atualizações;
- Revisão dos princípios gerais e específicos aplicáveis ao município:
  - Princípios da governança pública
  - Sustentabilidade
  - Cidadania digital
- Inserção de temas contemporâneos:
  - Adoção de governo digital
  - Acesso à informação e transparência ativa
  - Criação de órgãos de controle social (ouvidorias, conselhos, corregedorias)
- Fortalecimento dos mecanismos de controle interno e externo;
- Definição de diretrizes para políticas públicas obrigatórias:
  - Meio ambiente
  - Mobilidade urbana
  - Inclusão social;
  - Proteção de minorias
  - Desenvolvimento econômico sustentável
- Inclusão de normas sobre ética, integridade pública e governança;
- Proteção de dados pessoais no âmbito municipal;
- Regras para inovação, cidades inteligentes e uso de tecnologias emergentes;
- Modernização dos capítulos sobre:
  - Organização dos poderes locais
  - Competências do Legislativo
  - Competências do Executivo
  - Controle social e participação popular
- Planejamento urbano e desenvolvimento municipal.

**MÓDULO 5****TÉCNICA LEGISLATIVA APLICADA À ELABORAÇÃO E REVISÃO DA LEI ORGÂNICA**

- Princípios da técnica legislativa:
  - Coerência normativa
  - Clareza sem ambiguidades
  - Concisão e objetividade
- Acessibilidade textual;
- Estrutura padrão da Lei Orgânica:
  - Preâmbulo
  - Parte Dogmática (princípios, direitos fundamentais, organização dos poderes)
  - Parte Orgânica (organização administrativa, competências, funções essenciais)
  - Disposições transitórias.
- Redação legislativa:
  - Padronização de termos
  - Uso adequado de artigos, incisos, alíneas e parágrafos;
  - Cuidados com vícios formais e materiais
- Erros comuns:
  - Dispositivos redundantes
  - Contradições internas
- Excesso de detalhamento operacional;
- Boas práticas:
  - Modelagem textual
  - Uso de glossário normativo
  - Manual de redação legislativa local
- Inclusão de dispositivos de atualização contínua:
  - Revisões periódicas obrigatórias;
  - Avaliação de impacto legislativo
- Procedimentos pós-promulgação:
  - Publicação oficial
  - Divulgação ampla (site, redes sociais, Diário Oficial, eventos públicos)
- Monitoramento da aplicação.

# METODOLOGIA

A ordenação para este curso respalda-se na integração entre os aspectos teóricos e práticos, com foco na aplicabilidade dos conhecimentos na realidade institucional dos municípios. Parte-se do pressuposto de que a revisão e atualização da Lei Orgânica Municipal constitui não apenas um exercício legislativo, mas um processo de fortalecimento institucional e de alinhamento às exigências constitucionais e às novas demandas sociais, tecnológicas e administrativas. Dessa forma, adota-se uma abordagem metodológica que estimula o desenvolvimento de competências jurídicas, técnicas e operacionais indispensáveis à atuação legislativa contemporânea.

O curso será conduzido por meio de aulas expositivas dialogadas, nas quais serão aprofundados os fundamentos constitucionais, administrativos e legislativos que regem a elaboração, reforma e atualização da Lei Orgânica. Estas aulas serão estruturadas com a utilização de recursos didáticos como apresentações visuais, materiais digitais, leituras orientadas e quadros comparativos, que facilitarão a compreensão dos conteúdos. Busca-se promover um ambiente de aprendizagem colaborativa, no qual os participantes possam interagir ativamente, compartilhando experiências, dúvidas e percepções sobre os desafios locais.

Complementando a exposição teórica, serão realizadas oficinas práticas e dinâmicas aplicadas, com foco na análise crítica da legislação municipal vigente. Nessas atividades, os participantes serão orientados a realizar diagnósticos estruturados de suas respectivas Leis Orgânicas, identificando dispositivos defasados, omissos, incompatíveis com a Constituição Federal ou com a legislação infraconstitucional vigente. A proposta metodológica inclui ainda a análise de casos concretos, estudos comparativos com Leis Orgânicas de outros municípios e debates sobre boas práticas legislativas.

De forma a promover o desenvolvimento prático dos conhecimentos, o curso também contemplará simulações de etapas do processo legislativo específico para a reforma da Lei Orgânica, incluindo a elaboração de projetos de emenda, redações técnicas de dispositivos legais, construção de justificativas jurídicas e políticas, além da simulação de audiências públicas e sessões legislativas. Este conjunto de atividades proporcionará aos participantes uma compreensão ampliada dos desafios operacionais, jurídicos e políticos envolvidos na atualização da legislação municipal.

A atualização da Lei Orgânica Municipal reveste-se de elevada importância jurídica, institucional e social, na medida em que constitui o instrumento normativo fundamental para assegurar a conformidade da organização político-administrativa do município com os preceitos constitucionais vigentes e com as demandas contemporâneas da sociedade. Diante das constantes transformações no ordenamento jurídico brasileiro, das sucessivas Emendas Constitucionais, da evolução legislativa infraconstitucional e do fortalecimento de princípios como transparência, controle social, sustentabilidade, governança e proteção de dados, torna-se imprescindível que a Lei Orgânica reflita essa nova realidade.

A correta atualização, portanto, não se restringe ao cumprimento de uma formalidade normativa, mas representa um processo de modernização institucional que assegura segurança jurídica, efetividade administrativa, fortalecimento da autonomia municipal e alinhamento às melhores práticas de gestão pública e legislativa. Esse conteúdo, quando devidamente compreendido e aplicado, permite que os municípios adotem marcos normativos robustos, atualizados e capazes de responder de forma eficaz aos desafios do serviço público no século XXI.

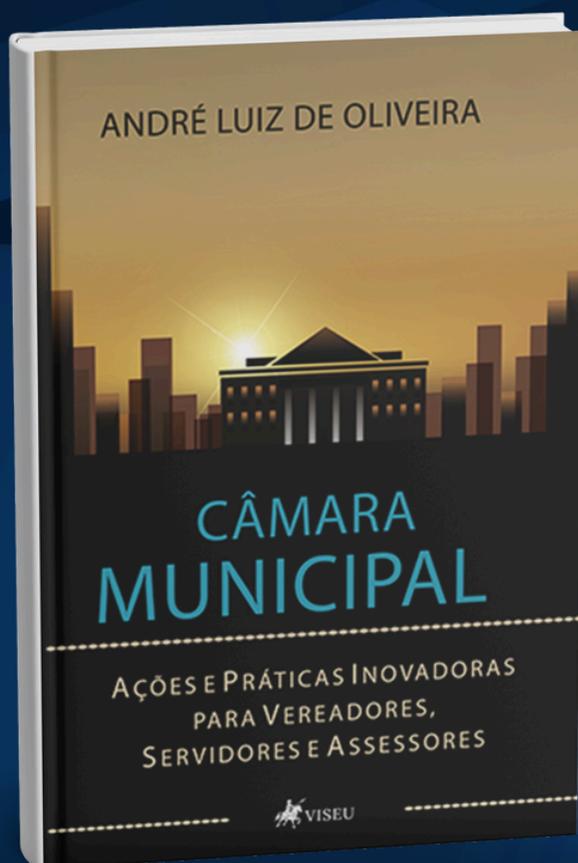
Por fim, a metodologia prioriza a construção coletiva do conhecimento, estimulando o protagonismo dos participantes na busca de soluções jurídicas e institucionais alinhadas à realidade dos seus municípios. O curso visa, portanto, não apenas transmitir conteúdos, mas promover a reflexão crítica, o fortalecimento das competências legislativas e a capacitação técnica dos agentes públicos, de modo que possam conduzir com segurança, eficiência e conformidade jurídica os processos de reforma e modernização da Lei Orgânica Municipal.

## PÚBLICO ALVO

O curso é direcionado a presidentes de câmaras, vereadores, diretores de câmaras, assessores parlamentares, servidores públicos concursados, contadores, procuradores jurídicos, controladores internos, especialistas em recursos humanos, tecnologia da informação, técnicos legislativos, ouvidores, auxiliar administrativo, jornalistas, assessoria de imprensa, gestor de transparência, membros de comissões de licitação, pregoeiros, gestores de planejamento de compras, prefeitos, secretários municipais, agentes políticos e outros profissionais que atuam em órgãos legislativos e executivos.

# OBJETIVO GERAL

## CURSO ESCRITO COM BASE NO LIVRO



O curso tem como objetivo central capacitar os participantes para compreenderem a natureza técnica, a função normativa e o papel institucional da Lei Orgânica Municipal no contexto do Estado Federal Brasileiro. Busca-se proporcionar uma visão abrangente e aprofundada sobre os fundamentos constitucionais que regem a autonomia municipal, bem como sobre os princípios que norteiam a organização dos poderes locais, a gestão pública eficiente, a proteção de direitos fundamentais e a promoção do interesse público no âmbito municipal.

Pretende-se ainda qualificar os agentes públicos para que sejam capazes de realizar uma análise crítica e técnica da Lei Orgânica vigente, identificando dispositivos que estejam em desconformidade com a Constituição Federal, com as emendas constitucionais mais recentes, com a legislação infraconstitucional e com as melhores práticas contemporâneas de governança pública. Este processo inclui o desenvolvimento de habilidades para detectar inconsistências normativas, omissões relevantes, defasagens jurídicas e dispositivos que não mais atendem às exigências institucionais e sociais atuais.

Outro aspecto fundamental do objetivo do curso consiste em capacitar os participantes quanto aos procedimentos formais e materiais do processo legislativo específico para a reforma da Lei Orgânica Municipal. Isso engloba o domínio dos aspectos processuais, como quóruns qualificados, prazos regimentais, tramitação legislativa, além da correta elaboração de projetos de emenda, pareceres, justificativas técnicas e fundamentações jurídicas, assegurando a observância dos princípios da legalidade, da publicidade, da eficiência e da segurança jurídica.

O curso também visa fomentar uma cultura institucional de modernização normativa, incentivando a incorporação de temas contemporâneos como governança digital, proteção de dados pessoais, sustentabilidade, compliance público, participação social e transparência, elementos que se tornaram indispensáveis no contexto da gestão pública moderna. Busca-se, com isso, preparar os participantes para que possam conduzir reformas legislativas alinhadas não apenas aos marcos legais vigentes, mas também às expectativas sociais e aos desafios emergentes da administração pública local.

Em vista disso, o objetivo é que os participantes saiam do curso plenamente capacitados a liderar e operacionalizar, no âmbito Municipal, processos de revisão, atualização e consolidação da Lei Orgânica Municipal, garantindo que o marco normativo municipal seja reflexo de uma administração pública democrática, eficiente, transparente, inclusiva e alinhada aos princípios constitucionais e às melhores práticas de governança pública e legislativa.

O cronograma foi escrito com base no capítulo de livro do palestrante que ministrará o curso, e que, versa sobre a Atualização da lei orgânica municipal.

# PALESTRANTE



## ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Doutorando em Políticas Públicas e Gestão da Educação UTP-PR. Mestre em Políticas Públicas e Gestão da Educação UTP-2018, graduado em Gestão Pública CRA-PR 03-01450, graduado em Ciências Políticas, graduado em Sociologia, graduado em Filosofia, pós graduado em Contabilidade Pública e Responsabilidade Fiscal, pós graduado em Administração Pública e Gerência de Cidades, pós graduado em Docência e Didática do Ensino Superior. Foi Vereador de 2017/2020, é autor de mais de trinta leis publicadas no legislativo municipal.

**Autor do livro:** Câmara Municipal Ações e Práticas Inovadoras para Vereadores, Servidores e Assessores

**Autor do livro:** Poder Legislativo, Inovações e Conceitos para Ampliar a Eficiência da Câmara Municipal

**Autor do livro:** Manual do Vereador Atual: Planejamento Parlamentar para um Mandato Eficiente.

**Autor do livro:** Administração Pública e Financiamento da Educação.

**Currículo completo em:**

<https://lattes.cnpq.br/6790541459817477>

# INVESTIMENTO

R\$ 1.990,00

## O QUE ESTÁ INCLUSO NO VALOR DA INSCRIÇÃO?

 **Curso presencial, com carga horária de 16 horas**

 **Apostila**

 **Material prático impresso**

 **Coffee break**

 **Certificado**

Obrigatório **cadastro e registro biométrico** facial para controle de frequência.

Emissão de **certificado com carga horária** cursada conforme registro de presença por biometria facial.

O participante receberá uma consultoria online pós curso **gratuitamente**, via WhatsApp, e-mail ou telefone, durante 30 dias sobre o tema do curso.

# **SOBRE A EMPRESA**

## **GESTÃO PÚBLICA BRASIL**

Registrada no Conselho Federal e no Conselho Regional de Administração do Estado do Paraná sobre o número 03267/CRA-PR.

Notória Especialidade Técnica publicada no diário oficial da União. Seção 3 ISSN 1677-7069 Nº 30, em 12/02/2025, PÁG.417  
Código Localizador: 05302025021200417.

Certidão disponível em nosso site:  
<https://gestaopublicabrasil.com.br/certidoes/>

## **FALE CONOSCO**

 [gestaopublicabrasilcursos@gmail.com](mailto:gestaopublicabrasilcursos@gmail.com)

 (41) 9 9786-5376

 [www.gestaopublicabrasil.com.br](http://www.gestaopublicabrasil.com.br)

 [gestaopublicabrasil\\_cursos](https://www.instagram.com/gestaopublicabrasil_cursos)

## **DADOS BANCÁRIOS**

### **BANCO SICOOB**

AGÊNCIA: **4340**

CONTA CORRENTE: **191053-1**

### **CHAVE PIX**

CNPJ: **40.178.961/0001-05**

## **LOCAL**

### **HOTEL GRANVILLE**

RUA CLOTÁRIO PORTUGAL, 35 – CENTRO

CURITIBA – PR

**INSCRIÇÕES ABERTAS!**  
**FALE CONOSCO E GARANTA SUA VAGA!**



**GESTÃO PÚBLICA BRASIL**  

---

**CONHECIMENTO QUE TRANSFORMA**

DIREITOS AUTORAIS RESERVADOS À  
GESTÃO PÚBLICA BRASIL LTDA

OBRA PROTEGIDA PELA LEI Nº 9.610/1998